

Ata de reunião ordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural - COMPHAC

Aos **vinte e seis** dias do mês de **agosto** de dois mil e **oito**, às **treze horas e quarenta e cinco minutos**, em **segunda** convocação, reuniram-se no Auditório Elmano Ferreira Veloso, na sede da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, sito à Av. Olivo Gomes nº 100, Santana, nesta, a **Prof^ª Antonia Caracuel Varotto**, na condição de Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural – COMPHAC, os Conselheiros, **Eng^º Vitor Chuster**, representante da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, **Eng^º José Roberto Canizza Filho**, representante da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, **Arqt^º Ricardo José Romano Veiga**, representante da Secretaria de Planejamento Urbano; **Arqt^º Luis Eugênio Galdino Braga**, representante da Secretaria de Obras, **Dr. Antonio Yukio Ueta**, representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; **Arqt^ª Simone Aparecida Giomo Borges**, representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos – AEASJC; **Prof^º Marco Antonio Villarta Neder**, representante da Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP; **Dr. Cláudio Mendonça**, representante da Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos; **Dr. Ailton Barbosa Figueira**, representante do Escritório Regional de Planejamento do Estado de São Paulo – ERPLAN; **Hist. Edo Paiotti**, representante do Instituto de Estudos Valeparaibanos – IEV, **Arqt^º Fábio de Almeida**, representante da Universidade Paulista – UNIP; **Arqt^º Alexandre Penedo Barbosa de Melo**, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB; **Arqt^ª Rosenéa Cristina da Silva Menezes**, representante do Conselho de Ministros Evangélicos – CME e **Sr. Cláudio Eduardo César Costa**, representante do Clube de Joseenses e Amigos – CJA. A presidente do Conselho, **Prof^ª Antonia Varotto** abre a reunião agradecendo a todos os Conselheiros pela presença, procede a leitura da pauta do dia e indaga se algum conselheiro tem alguma observação a fazer. Prof^ª Antonia Varotto passa a palavra ao Eng. Vitor para o prosseguimento dos trabalhos programados. Eng. Vitor passa ao primeiro assunto da pauta, referente à aprovação da ata da reunião anterior. Eng. Vitor indaga aos presentes se há algum reparo a fazer à ata da última reunião realizada em **24 de junho** passado e se pode ser dispensada a leitura da mesma, em razão de ter sido previamente enviada aos senhores Conselheiros. Os Conselheiros concordam e Eng. Vitor coloca-a em votação, sendo essa aprovada por unanimidade. Eng. Vitor passa ao segundo assunto da pauta, referente a apresentação, discussão e deliberação sobre a solicitação da COOPERTEXTIL para a

realização de trabalhos de pesquisa mineral de água mineral no complexo da antiga Tecelagem Parahyba e Parque da Cidade Roberto Burle Marx (Processo PMSJC nº 50.109-3/2008). Eng. Vitor distribui e em seguida procede a leitura do parecer elaborado pela Divisão de Patrimônio Histórico (DPH). Eng. Vitor tece considerações a respeito da solicitação, discorre sobre as restrições futuras do entorno, no caso de haver um poço profundo para produção de água mineral, discorre sobre o Plano de Manejo e Ocupação aprovado para o complexo formado pelo Parque da Cidade Roberto Burle Marx e o complexo da antiga Tecelagem Parahyba, discorre sobre todas as atividades posteriores que provavelmente existirão, caso haja a produção de água mineral, com o envasilhamento da água, estoque e distribuição, o que poderá gerar tráfego de veículos pesados. Eng. Vitor abre a palavra aos Conselheiros. Arqt. Robson da Divisão de Patrimônio Histórico complementa informando sobre o remanescente das atividades industriais da Coopertextil. Dr. Ailton se manifesta contrariamente à autorização e informa que já passou o caso para o conhecimento dos órgãos competentes do governo do estado e tece considerações sobre a atual atividade da Coopertextil e sua situação jurídica em relação à ocupação da área pública do estado. Profa. Edo discorre que as atividades pretendidas conflitarão com o que ficou estabelecido no Plano de Manejo e que atividades decorrentes e complementares à exploração da água serão prejudiciais ao Parque da Cidade. Outros conselheiros também se manifestaram contrariamente à autorização da pesquisa, por considerarem que as atividades complementares e decorrentes de uma futura exploração de água mineral sejam prejudiciais e conflitantes com as atividades do Parque da Cidade Roberto Burle Marx. Profa. Antonia Varotto indaga se algum Conselheiro tem alguma dúvida, alguma observação a fazer e se estão devidamente informados para que a solicitação para autorização de pesquisa para exploração de água mineral seja colocada em votação. Colocada a solicitação em votação, essa foi rejeitada por unanimidade. Eng. Vitor apresenta o terceiro assunto da pauta referente a apresentação, discussão e deliberação sobre a solicitação da Secretaria de Planejamento Urbano (Procedimento Interno nº 01002/SG/2008 em 24/07/2008), para implantação de ciclovia no Parque da Cidade Roberto Burle Marx. Eng. Vitor distribui e em seguida procede a leitura do parecer elaborado pela Divisão de Patrimônio Histórico (DPH). Eng. Vitor explica que após analisar o projeto verificou que poderá haver sérios conflitos e até mesmo acidentes envolvendo ciclistas e pedestres. Entende que da forma com que o projeto foi proposto, os tachões indicativos no solo não serão suficientes para dividir o espaço entre ciclistas e pedestres, acredita que em razão dos costumes e da própria educação, da ausência de fiscalização no local, haverão sérios problemas e conflitos. Acredita que esses problemas se multiplicarão nos finais de semana e que a rigor essa proposta conflita com o próprio Plano

de Manejo e Ocupação do Parque, pois atividades de lazer ativo estão previstas no quadrante leste, acrescenta que no seu entender o ideal é que essa ciclofaixa fosse projetada em um outro trajeto em que não houvesse conflito algum com os pedestres. Eng. Vitor passa a palavra ao Arqt. Ricardo Veiga para discorrer sobre o projeto ora apresentado. Arqt. Ricardo primeiramente fala da demanda, concorda com as questões apontadas pela Divisão de Patrimônio Histórico e pelo Eng. Vitor, por achá-las pertinentes. Arqt. Ricardo discorre sobre o traçado da pista, elementos construtivos, comunicação visual e detalhes do projeto. Eng. Vitor abre a palavra aos Conselheiros. Dr. Cláudio fala sobre o costume dos ciclistas circularem sempre no contra-fluxo para olhar o que está vindo em sentido contrário. Profa. Antonia relata que a Secretaria de Transportes recomenda que o ciclista ande no fluxo e fala de sua ida a Ilha Solteira e como são as ciclovias dos parques daquela cidade e como a ciclofaixa é separada da área destinada aos pedestres. Eng. Vitor fala de sua preocupação com os adolescentes, sobretudo quando em grupos, que não costumam se intimidar pelas regras e que acredita que deve-se pensar muito em educação e fiscalização, antes de implantar um projeto como esse. Dr. Ailton acha que a ciclovia é importante, mas que por outro lado, não generalizando, há uma parcela muito grande de ciclistas indisciplinados, o que pode comprometer o projeto dada a proximidade aos pedestres e por não haver uma barreira física entre os espaços de um e de outro. Profa. Antonia acha importante que antes de tudo seja feita uma parceria com a Secretaria de Transportes. Arqt. Alexandre acha a ciclovia interessante e que por ele não haveria um percurso definido e sim a circulação livre pelo Parque da Cidade. Entende que o dispositivo projetado para separar os ciclistas de pedestres impróprio e que poderá causar mais acidentes, sugere ainda a adoção de bicicletas padronizadas para locação, que não alcançam grandes velocidades e que somente essas poderiam circular. Eng. Vitor acha que o trajeto livre é perigoso e vai conflitar mais ainda com os pedestres, mas que a sugestão de haver bicicletas apropriadas para locação interessante, desde que de forma complementar, pois nem todos tem dinheiro para locar e portanto deveria sim, ser permitido o uso de bicicletas próprias. Arqt. Luis Eugênio também discorda do projeto e sugere que ciclovias sejam implantadas no parque linear próximo ao Jardim Telespark. Prof. Edo lembra que essa atividade já está prevista no quadrante leste do parque. Arqt. Ricardo Veiga sugere que isso seja provisório. Vários conselheiros se manifestam contrariamente à sugestão, pois depois de implantada será difícil reverter essa situação, que não se mostra ideal nesse momento. Eng. Vitor reconhece a importância da ciclovia e que a demanda de fato existe, mas que o projeto apresentado é que não parece ser o ideal, em razão dos conflitos que existirão. Prof. Edo acha que a cidade é mesmo carente de ciclovias e que essas deveriam ser implantadas em várias regiões da cidade. Dr. Cláudio discorre que a separação física entre a

ciclofaixa e a áreas para pedestres, do projeto apresentado, não parecer ser a solução ideal ou a mais apropriada. Após vários Conselheiros se utilizarem da palavra, todos concordam em apreciar a matéria. Profa. Antonia Varotto indaga se algum Conselheiro tem alguma dúvida, alguma observação a fazer e se estão devidamente informados para que o projeto seja colocado em votação. Colocado o projeto em votação, esse foi rejeitado por unanimidade, com a recomendação de que a Prefeitura promova novos estudos, compatibilizando os interesses de ciclistas e pedestres, com o mínimo de conflitos e em um outro trajeto ou percurso. Sugere-se que a questão da comunicação visual também seja reestudada, pois da forma proposta haveria poluição visual. Eng. Vitor apresenta o quarto assunto da pauta referente a apresentação, discussão e deliberação sobre a solicitação do DPRN (Procedimento Interno nº 01036/SG/2008 em 31/07/2008), para instalação de placas indicativas no complexo da antiga Tecelagem Paraíba. Eng. Vitor distribui e em seguida procede a leitura do parecer elaborado pela Divisão de Patrimônio Histórico (DPH), tece considerações a respeito e passa a palavra à Arqta. Sonia Di Maio para explicar a solicitação. Arqta. Sônia discorre sobre a metodologia empregada para a apresentação das sugestões da placa indicativa, da cobertura sobre a entrada e a localização da caixa para o hidrante. Discorre sobre a leitura de todas as placas existentes no complexo, das coberturas e das caixas para hidrante. Tece considerações sobre a rampa de acesso e a obrigatoriedade de atendimento das normas brasileiras de acessibilidade e sobre as decisões anteriores do Conselho sobre questões semelhantes. Eng. Vitor tece considerações a respeito, sobretudo sobre a necessidade de uma releitura de toda a comunicação visual do complexo e abre a palavra aos Conselheiros. Dr. Ailton indaga se as vias internas do complexo são vias públicas. Eng. Vitor responde que no seu entendimento não, pois desconhece algum ato que oficializasse essas vias como tal. São espaços de circulação com característica semelhantes à pública, são espaços do governo do estado, mas não são oficializadas como tal, seja através de lei ou decreto. Arqt. Ricardo fala que a rampa de acesso deve atender a ABNT e que caso seja necessário adentrar à área de jardim, deve ser feito um projeto e reencaminhado para análise deste Conselho. Após vários Conselheiros se utilizarem da palavra, todos concordam em apreciar a matéria. Profa. Antonia Varotto indaga se algum Conselheiro tem alguma dúvida, alguma observação a fazer e se estão devidamente informados para que a proposta apresentada pela Divisão de Patrimônio Histórico seja colocada em votação. Colocada a proposta em votação, essa foi aprovada por unanimidade, que passa a fazer parte integrante desta ata sob a forma de “Anexo I”, acrescida da recomendação apresentada pelo conselheiro Ricardo sobre a rampa de acesso. Eng. Vitor informa, que um outro assunto, relativamente simples e que não constava de nossa pauta foi encaminhado verbalmente ao Conselho, pelo Arqt. Ricardo Veiga. Diz respeito a uma

alteração no projeto de restauro da Igreja de São Benedito e no projeto de urbanização na praça contígua à esta. Eng. Vitor indaga aos presentes se concordam em analisar e eventualmente votar essa solicitação. Por unanimidade os conselheiros aceitam avaliar a solicitação que não constava inicialmente da pauta. Eng. Vitor apresenta a solicitação da Secretaria de Planejamento Urbano referente a adaptação do projeto de restauro da Igreja de São Benedito, bem esse protegido como EP-1 nos termos da Lei Municipal nº 3143/86. Eng. Vitor discorre sobre a solicitação, tece considerações e passa a palavra ao Arqt. Ricardo Veiga para que discorra sobre o projeto e esclarece a questão do nivelamento do piso externo da igreja e a proposta da praça em obras. Demonstra graficamente para os conselheiros sobre a questão e esclarece sobre a estrutura de concreto não armado em volta da igreja. Fala sobre simulações de carga feitas pelo Eng. Milton Takahashi da Secretaria de Obras da Prefeitura e que chegaram à conclusão de que essa estrutura não tem função estrutural propriamente dita, pois na verdade funciona como um berço que amparou o prédio e não permitiu que as trepidações e vibrações provenientes do trânsito de veículos afetasse a taipa, que hoje forma um grande bloco monolítico e auto-portante. Arqt. Ricardo informa que infelizmente o Eng. Takahashi ainda não conseguiu finalizar o projeto a ser proposto, mas que ele é imprescindível para a continuidade das obras da praça, pois para o nivelamento correto do piso há a necessidade de se remover a parte superior de algumas estacas de concreto no lado externo e fazer uma nova intervenção em concreto para substituir essa remoção. Arqt. Ricardo solicita que seja avaliada essa possibilidade pelos conselheiros, para dar prosseguimento às obras da praça. Eng. Vitor relata que já havia dito ao Arqt. Ricardo que não há como os conselheiros decidirem sobre essa matéria, sem terem em mãos o projeto e um laudo técnico firmado por um responsável técnico, no caso o Eng. Takahashi, que ateste que a solução a ser adotada é a mais adequada e que não vai afetar estruturalmente a igreja. Eng. Vitor sugere que para não postergar a solução para a próxima reunião, que somente acontecerá em setembro, o Arqt. Veiga tão logo tenha o projeto e o laudo em mãos, nos remeta, para que seja em seguida distribuído, via e-mail aos conselheiros presentes e que assistiram a explicação dada por ele. Cada conselheiro terá 72 horas para responder via e-mail se aprova ou não a intervenção física proposta pelas Secretarias de Planejamento Urbano e de Obras da Prefeitura. Os conselheiros concordam com a sugestão apresentada e aguardarão o envio do material para posterior resposta. Eng. Vitor passa aos informes de caráter geral :

1 – discorre sobre a contratação da Companhia de Restauro para reformulação parcial do projeto de restauração da Residência Olivo Gomes, em razão de exigências formuladas pelo parecerista do IPHAN na solicitação de captação de recursos junto ao Ministério da Cultura, baseada na Lei Rouanet;

2 – discorre sobre o andamento solicitação de captação de recursos junto ao Ministério da Cultura, baseada na Lei Rouanet, para a restauração completa da Igreja de São Benedito.

Não havendo mais assuntos agendados e informes a tratar, Profa. Antonia Varotto abre a palavra aos Conselheiros que dela queiram fazer uso. Profa. Antonia solicita que o Arqt. Ricardo Veiga explique aos conselheiros as razões que levaram à paralisação das obras do Teatro Municipal e do Centro Integrado de Educação e Cultura. Arqt. Ricardo discorre sobre os problemas acontecidos no decorrer do início dessas obras, sobre as providências administrativas, legais e judiciais que foram tomadas em cada caso e como está o processo de licitação, que está sendo retomado. Profa. Antonia agradece as explicações e indaga ao Arqt. Ricardo Veiga se a placa solicitada em nossa reunião realizada em 13/11/2.007, quando da aprovação do projeto de restauração da Igreja de São Benedito, que deveria informar as fases de todo o processo foi instalada no local. Arqt. Ricardo Veiga explica que não foi instalada devido a entraves financeiros e burocráticos, mas que vai solicitar a sua instalação. Profa. Antonia relata que faz questão de que a Prefeitura cumpra com essa determinação do conselho, pois os munícipes estão cobrando quando terminam as obras da igreja e quando ela vai ser reaberta e isso tem causado muita confusão. Se essa placa lá estivesse instalada, muitas dúvidas dos munícipes já teriam sido esclarecidas, razão pela qual pede que a Secretaria de Planejamento Urbano tome as providências necessárias para instalação dessa placa. Não havendo Conselheiros que queiram fazer uso da palavra, Eng. Vitor aproveita para agradecer novamente a presença dos Conselheiros e lembra-os que a nossa próxima reunião ordinária de trabalho está marcada para o dia 23 de setembro de 2008, e que caso não haja a possibilidade do titular em comparecer, que esse entre em contato com o respectivo suplente a tempo. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do COMPHAC, Prof^a Antonia Caracuel Varotto agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, do qual eu Eng. Vitor Chuster, Secretário do COMPHAC, lavrei a presente ata, em sete folhas, digitadas somente no anverso, que vai assinada pela Senhora Presidente e por mim, cuja aprovação se deu na reunião 23 de setembro de 2008.

Engº Vitor Chuster

Secretário do COMPHAC

Prof^a Antonia Caracuel Varotto

Presidente do COMPHAC